

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA: PROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE EM PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

OLIVEIRA, Poliana Cardoso de. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade de Viçosa. E-mail: policardoso_27@yahoo.com.br.
FERREIRA NETO, José Ambrósio. Professor-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade de Viçosa. E-mail: ambrosio@ufv.br.
MOURA, Roseni Aparecida de. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: roseamoura@yahoo.com.br
SILVA, Nathália Thaís Cosmo da. Doutoranda da Universidade de Santiago de Compostela. E-mail: nathaliacoop@yahoo.com.br.

RESUMO

Este trabalho analisa uma nova forma de organização dos projetos de reforma agrária, baseada na valorização das práticas extrativistas e das comunidades tradicionais na Amazônia: os Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, como uma contribuição para a compreensão dos processos socioambientais que envolvem a dinâmica da reforma agrária no Brasil. Também permite a reflexão sobre diferentes abordagens da sustentabilidade dos assentamentos rurais na Região Amazônica. A discussão será sustentada pelo estudo de caso do PDS Nova Bonal, localizado no município de Senador Guiomard, no estado do Acre.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural; Reforma agrária; Sustentabilidade; PDS; Amazônia.

NEW PERSPECTIVES FOR THE RURAL DEVELOPMENT IN AMAZON: SOCIOENVIRONMENTAL PROCESSES AND SUSTAINABILITY IN AGRARIAN REFORM PROJECTS

ABSTRACT

This paper analyzes a new form of organization of agrarian reform projects, based on the valuation of extractive practices and of the traditional communities in Amazon: the Sustainable Development Projects – SDP as a contribution to the understanding of environmental and social processes involving the dynamic of agrarian reform in Brazil. It also allows a reflection on different approaches to sustainability of rural settlements in the Amazon Region. The discussion will be supported by the case study of the SDP Nova Bonal, located in the municipality of Senador Guiomar, in the state of Acre.

KEYWORDS: Rural development; Agrarian reform; Sustainability; SDP; Amazon.

INTRODUÇÃO

Este artigo se apresenta como fruto de trabalhos dedicados a entender a temática da reforma agrária, pelos debates no Grupo de Pesquisa "Assentamentos", da Universidade Federal de Viçosa, e também por pesquisas de campo e intervenções em projetos de assentamentos no Estado do Acre e, mais recentemente, pelo envolvimento em pesquisas empíricas relativas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Formalmente, o grupo de pesquisa "Assentamentos" existe desde 2008, mas as discussões e trabalhos de campo são anteriores a essa data. Inicialmente, os debates eram mais direcionados à realidade mineira, sobretudo na busca de respostas quanto aos impactos dos assentamentos rurais no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde foram implementados. A partir de 2007 se iniciou o processo de investigação no Acre e, como ocorre com o início de toda pesquisa, esta teve um caráter exploratório no sentido de conhecer a realidade que se apresentava e que trazia à temática da reforma agrária uma série de questionamentos sobre sustentabilidade e uso de recursos comuns. Como condição para análise conceitual deste tema, se empreendeu uma revisão da literatura abordando, principalmente, três aspectos: a realidade dos assentamentos rurais no Acre, discussões sobre conceito de sustentabilidade e, finalmente, sobre os projetos de reforma agrária no atual debate sobre desenvolvimento rural. Assim, este artigo consiste em um ensaio argumentativo e se inicia na análise das diretrizes que fundamentam a implementação dos assentamentos rurais, bem como na explicitação de das diferentes modalidades assumidas por esse empreendimento público. Até o final do ano 2000, as modalidades de assentamento mais utilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na Região Amazônica eram o Projeto de Assentamento – PA, o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE e o Projeto de Regulamentação Fundiária – PAF. Segundo reconhece o próprio INCRA, a modalidade PA, mais comum em todo o país, é voltada para a organização territorial, infraestrutura, promoção indireta da assistência técnica,

ensino, saúde e previdência social, além de habitação rural, armazenamento e comercialização da produção. O PAE beneficia os agricultores extrativistas e o PAF visa à regularização das terras da união ocupadas, em aspectos relacionados à identificação e titulação dessas áreas.

A partir do ano 2000 foi criada a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, como resultado da busca por um modelo alternativo que pudesse evitar os impactos negativos que assentamentos mal estruturados, principalmente na modalidade PA, acarretavam ao meio ambiente. Dessa maneira, o PDS é uma modalidade que se diferencia das outras implementadas pelo INCRA porque possui orientações voltadas à gestão ambiental, buscando responder às mudanças na legislação pela incorporação da biodiversidade como um valor a ser preservado pela reforma agrária. Esta modalidade de assentamento se destina às populações que pretendem trabalhar com a agricultura fazendo o uso sustentável de áreas de interesse ambiental. Segundo Guerra (2002), o propósito dos PDS's é alcançar sustentabilidade dos assentamentos ao longo do tempo, conjugando qualidade de vida para os seus habitantes de forma que os impactos ambientais sejam limitados. À medida que promove maior abertura das atividades econômicas, o PDS não se restringe apenas à agricultura e ao extrativismo, incluindo também opções de atividades com o manejo de pesca, caça, entre outros. Ademais, favorece a participação da população em todas as instâncias decisórias do projeto. Na prática, o PDS pode ser classificado como um modelo intermediário entre o PA e o PAE, pois não é tão aberto quanto o primeiro nem tão rigoroso e restrito a práticas agrícolas convencionais como o segundo.

No entanto, Gerra (2002) evidencia que, para viabilidade das ações empreendidas pela criação do PDS, existe uma série de condições, tais como: implantação do manejo florestal; melhoria das práticas extrativistas existentes; fortalecimento das organizações comunitárias de assistência técnica e de crédito; aperfeiçoamento do sistema de comercialização; além da implantação de infraestruturas como vias de acesso

e sistemas de saúde e educação. A autora acentua que, ao não respeitar esses critérios, se corre o risco de esses assentamentos se tornarem iguais aos convencionais, nos quais se verifica alto índice de desmatamento e evasão da população.

Nessa perspectiva, embora a temática da reforma agrária seja amplamente discutida em muitas pesquisas, é no âmbito das discussões relacionadas ao meio ambiente que o "tema velho" (SIQUEIRA, 2006) se atualiza, uma vez que os impactos socioeconômicos acarretados pelas mudanças na economia não são mais os únicos em foco nas "lentes" dos estudiosos. Sendo assim, a análise do uso e apropriação dos recursos naturais e desenvolvimento socioeconômico nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável pode contribuir para a compreensão dos processos socioambientais nos quais a reforma agrária se insere.

DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTABILIDADE

Quando se aborda a questão do desenvolvimento rural é preciso considerar as perspectivas dos atores e das redes com as quais estes interagem e, sobretudo, a forma como esses atores se relacionam com o exterior e com o território, pois, como afirmam Rodrigues *et al.* (2007), o desenvolvimento rural deve ser entendido como o aumento da capacidade de criação e liberdade no espaço rural. Além disso, as relações com o território devem considerar a integração entre vários tipos de capital que influenciam a capacidade e a liberdade nesses espaços. Em sintonia com essa perspectiva, Vachon (2002) argumenta que uma estratégia que tem por interesse o desenvolvimento local e sustentável deve se basear em princípios de valorização da organização social dos indivíduos, e as pessoas devem ser consideradas como força motriz do desenvolvimento. Dessa forma, um dos desafios atuais no âmbito dos debates sobre desenvolvimento é a inclusão de outros aspectos que não só os ligados com a economia. Para além da racionalidade economicista, o desenvolvimento deve ser visto como o acesso a um modo de vida em que as pessoas têm mais importância que a produção de bens e serviços, e a realização pessoal e coletiva se prioriza sobre o

funcionamento dos indivíduos como consumidor.

No caso brasileiro, como argumenta Schneider (2010), até a década de 90 existia uma forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento. Esse fato fez com que muitos pesquisadores e estudiosos se afastassem do tema, por considerá-lo excessivamente político e normativo. Dessa forma, na opinião do autor, desenvolvimento rural passou a ser identificado com políticas de intervenção no meio rural, especialmente em regiões pobres.

Segundo Schneider (2010), a retomada da temática foi influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, crédito para agricultura familiar, apoio aos territórios rurais, e estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Assim, os fatores decisivos que contribuíram para que as discussões em torno do tema desenvolvimento rural tenham ganhado projeção, escala e, sobretudo, legitimidade, na opinião de Schneider (2010), seriam:

- A trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira se firmou como uma categoria política.

- A crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto por meio das políticas para a agricultura familiar quanto das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras,

- As mudanças no âmbito político e ideológico. Essas mudanças têm duplo sentido. Por um lado, setores das elites agrárias, que até então eram contrários às mudanças, particularmente no apoio às políticas sociais e de caráter compensatório, viram-se forçados a mudar de posição, tal como na questão da reforma agrária. O outro lado dessa mudança de caráter político e ideológico está no fato de que, na década de 1990, lentamente, foi sendo construída uma argumentação que visava descortinar as diferenças fundamentais existentes entre o universo de produtores

da agricultura brasileira.

O que se percebe, no entanto, sobretudo na passagem da década de 1990 para a década posterior, é não somente a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento, mas a intensificação da relação entre os debates relativos ao desenvolvimento rural e ao desenvolvimento sustentável. Autores dedicados à temática do desenvolvimento rural passaram também a se dedicar a esse tema que, nos últimos anos, emergiu neste cenário. Assim, para Almeida e Navarro (1998), o conceito de desenvolvimento sustentável está além do crescimento econômico indiscriminado da região implicada, mas consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades. Para esses autores, a definição oficial de desenvolvimento sustentável se encontra imersa desde sua formulação, em uma profunda polêmica de natureza multidisciplinar entre o que se define como orientações teóricas, por um lado, do pensamento liberal, por outro, do pensamento alternativo.

Vale salientar que o debate sobre o tema da sustentabilidade ambiental transcende e extrapola a fronteira do espaço rural, porque a própria discussão da sustentabilidade é anterior à retomada do debate sobre o desenvolvimento rural, de modo que, segundo Leff (2009), o princípio de sustentabilidade surge no contexto de globalização e aparece como um sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade.

Assim, a discussão acerca da sustentabilidade nasce como critério normativo para reconstruir a ordem econômica e como condição para a sobrevivência humana sendo apresentada, principalmente, pelos questionamentos das bases de produção. Nesse sentido, pode-se dizer que a emergência de um discurso da sustentabilidade nasce na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo – 1972 e no Brasil, especificamente, nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio Janeiro – 1992.

Como bem ressalta Almeida (2007), a

sustentabilidade deve ser vista como uma ideia, um conceito em disputa, com limites ainda indefinidos e, sobretudo, com grandes conflitos de interesses. Para o autor, a crise de modelos baseados nos pressupostos do desenvolvimento industrial capitalista demonstrou esgotamento, oportunizando, assim, o modo de desenvolvimento ou organização social com base social, econômico e cultural e ambiental mais sustentável. Em outras, o desenvolvimento sustentável parece abarcar a ideia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social.

Para Almeida (2007), esse novo desenvolvimento, com base sustentável, apresenta alguns desafios e limites, no que se refere à agricultura. Nesse sentido, na opinião do autor, embora os organismos "oficiais" tenham se esforçado para alcançar uma conceituação de desenvolvimento sustentável que seja aceita pela maioria dos atores/agentes econômicos envolvidos com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, esses esforços não têm sido tão promissores, o que se constitui num desafio para aqueles que estão apresentados na busca do desenvolvimento.

O debate sobre desenvolvimento sustentável hoje está polarizado entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia gestado dentro da esfera da economia, sendo referência para interpretação do contexto social. Incorpora, desse modo, a natureza à cadeia de produção, ou seja, a natureza passa a ser um bem de capital. De outro, a ideia que tenta quebrar a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo além da visão instrumental desta, segundo a qual a economia se impõe à ideia/conceito, como salienta Almeida (2007).

Nesse sentido, é importante a contribuição analítica de Favareto (2007), quando argumenta que a noção de desenvolvimento deve ser compreendida como evolução de uma configuração histórica que pode caminhar rumo às inúmeras direções, se opondo, portanto, à ideia atrelada à linearidade evolutiva que se desdobra em projetos normativos do

desenvolvimento, os quais abarcam indicadores econômicos, sociais e ambientais de determinado país, região ou grupo social.

De tal modo, vale considerar as proposições de Sen (2000), ao argumentar que o processo de desenvolvimento deve ser centrado na liberdade, que por sua vez deve ser orientada para o agente. Sen (2000) considera que, com oportunidades sociais adequadas, os agentes não precisam ser vistos como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Para o estudioso, a lacuna entre as duas perspectivas, ou seja, entre a concentração de riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que se pode levar, é a questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. As análises do desenvolvimento devem considerar em seu escopo as liberdades dos indivíduos, os elementos constitutivos básicos e atentarem-se particularmente para a expansão das capacidades dos atores de levar o tipo de vida que valorizam.

Para compreender então o universo desses atores sociais em questão – beneficiários de reforma agrária no Acre –, faz-se necessário considerar a perspectiva em que inicialmente foi concebido o desenvolvimento na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1960, em que se dava a valorização das práticas produtivas totalmente distantes daquelas atualmente preconizadas pelo discurso sustentável. Em outras palavras, até mesmo a incorporação da abordagem sustentável na formulação de políticas públicas não deve ser feita pela negação da história em que se sobressaiu o aspecto produtivista, mas lançando mão e conhecendo mais profundamente as trajetórias sociais para que as políticas públicas possam estar em consonância com o mundo vivido¹ dos atores em questão.

Além disso, existem outras questões de ordem prática que devem ser levadas em consideração. Nesse sentido, Guerra (2002) assegura que a construção do desenvolvimento sustentável em um projeto de reforma agrária depende, basicamente, da aptidão agrícola da organização política dos assentados e da sua capacidade de interagir com as entidades governamentais e não-governamentais. Dessa forma, a sustentabilidade ambiental deve ser analisada por várias abordagens, considerando que a preservação do meio ambiente só se sustenta com a utilização racional dos recursos naturais, o que garantirá a produção no longo prazo. Além disso, a autora reforça que, ao considerar que em um assentamento de reforma agrária a superfície de exploração é limitada, com poucas possibilidades de expansão, a sua sustentabilidade estará intimamente relacionada ao número de pessoas presentes na área. Finalmente, a sustentabilidade econômica de um projeto de reforma agrária resume-se na sua capacidade de realização e de comercialização da produção. Exige uma série de implementos, como geração de produtos durante todo o ano, obtenção de créditos e subsídios, capacidade de escoamento dessa produção, existência de um mercado consolidado.

Pode-se, enfim, perceber que a implementação de assentamentos rurais na Amazônia se insere num campo complexo em que o que está em questão não é, tão somente, a adequação aos padrões sustentáveis preconizados e a serem alcançados. A questão fundamental parece ser a necessidade de conhecer as trajetórias dos atores sociais, para que estes, numa perspectiva de Sen (2000), sejam agentes do seu desenvolvimento e tenham suas liberdades ampliadas, o que não nega a perspectiva sustentável, mas insere os atores sociais como principal elemento a ser considerado.

¹A linguagem é para Habermas o meio no qual se realizam as interações através da interpenetração e dependência do mundo sistêmico, que corresponde à ação instrumental e o mundo vivido que se refere à ação comunicativa. Sem negar a validade e a necessidade da ação instrumental que assegura a reprodução material e institucional da vida, Habermas sustenta que a ação comunicativa é maior que a ação instrumental. Através do conceito de descentração proposto por Piaget em que o sujeito é capaz de assumir várias perspectivas diante da ação, e da perspectiva sustentada por Selman e Mead no sentido de abandonar seu próprio ponto de vista, a ação comunicativa acaba por fornecer ao sujeito os meios de exprimir seus sentimentos e angústias em relação aos outros, transformando, assim, a subjetividade em intersubjetividade.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

Os assentamentos extrativistas na Amazônia são alvos de um amplo leque de discussões, tendo destaque aquelas que enfatizam o elevado percentual de desmatamento da floresta atribuído à implementação de tais projetos. Frente às diferentes opiniões e debates sobre as questões que influenciam a prática do extrativismo na Amazônia e seus impactos sobre a floresta, a proposta do presente artigo consiste em analisar essa questão não somente no âmbito do discurso e/ou das polarizações político-ideológicas em relação à pertinência da reforma agrária ou seus efeitos perversos. Procura uma compreensão mais significativa e aprofundada acerca das questões que envolvem os assentamentos rurais, o desmatamento da Amazônia e a possível interação entre o homem e o ambiente de forma racional.

Tomando como base o Artigo 2.º, do Capítulo 1.º do Estatuto da Terra, que faz menção à função social da terra, a propriedade só desempenha integralmente a sua função social quando "favorece o bem-estar dos proprietários trabalhadores e suas famílias; mantém níveis altos de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e cria justa relação de trabalho". Nesse sentido, Duguit (2000) contribui com a ideia sobre a propriedade no âmbito de sua função social:

A propriedade deixou de ser o direito subjetivo do indivíduo e tende a se tornar a função social do detentor da riqueza mobiliária; a propriedade implica para todo detentor de uma riqueza a obrigação de empregá-la para o crescimento da riqueza social e para interdependência social. Só o proprietário pode executar certa tarefa social. Só ele pode aumentar a riqueza geral utilizando a sua própria; a propriedade não é, de modo algum, um direito intangível e sagrado, mas um direito em constante mudança que se deve modelar sobre as necessidades sociais às quais deve responder (DUGUIT *apud* GONDINHO, 2000, p.402).

No que tange à propriedade do ponto de vista da

posse da terra e sua utilização, existem quatro categorias que se diferenciam entre si (livre acesso, comunal, privada e estatal). Buscando diferenciar as quatro categorias, Feeny *et al.* (2001) explicam que, em uma comunidade de livre acesso, os recursos não são regulados, ou seja, são abertos a qualquer pessoa, como, por exemplo, no caso da atmosfera global. O que não acontece em uma propriedade privada, uma vez que os direitos de propriedade são reconhecidos e impostos pelo Estado ao proprietário; um bom exemplo são as pastagens privadas. Já numa propriedade comunal, os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes, como nas associações de usuários de reservatórios de água subterrâneos. Finalmente, numa propriedade estatal, como as terras destinadas à reforma agrária antes da emancipação dos projetos, os direitos aos recursos são alocados exclusivamente pelo governo que, por sua vez, toma as decisões em relação ao acesso aos recursos e ao nível de exploração. Dessa forma, o autor prossegue se referindo aos resultados encontrados nas evidências de exclusão (ao acesso ou controle de acesso aos recursos) e a regulação de usos e usuários, assim como exposto por Hardin (1968). A discussão central deste último em seu artigo recai no fato de que, das quatro categorias de propriedade, não apenas os regimes de direito privado e estatal seriam eficientes ao uso regulado de forma conciliada com a sustentabilidade, como também o uso comunal dos recursos seria eficiente do ponto de vista de Feeny *et al.* (2001), a partir da autorregulação dos usuários, ou seja, regras e normas impostas pelos indivíduos.

Buscando operacionalizar tais conceitos à realidade dos assentamentos na Amazônia, ainda de acordo com Feeny *et al.* (2001), as comunidades são capazes de se organizar e monitorar o uso dos recursos regulando não apenas a atuação de terceiros, como também a utilização dos recursos por seus membros, de forma a ter como tendência manter o uso sustentável dos recursos disponíveis. Por seu lado, Leff (2007) argumenta que "a racionalidade ambiental não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto

de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos".

É em consonância com essa lógica que o extrativismo foi visto nos anos 1980 como alternativa ao desmatamento para os povos que sobreviviam da floresta, principalmente após a morte de Chico Mendes², em 1988, que lutava a favor desta "doutrina". A possibilidade de coleta de látex e frutos, além da caça e pesca, era uma opção de sobrevivência às famílias e uma "esperança" aos efeitos negativos que a pecuária e as áreas de pastagem estavam causando ao território amazônico. Segundo Anderson e Loris (2001), o estabelecimento de reservas extrativistas na Amazônia deve ser considerado como um importante passo para a promoção de formas socialmente justas de uso da terra, de forma conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

No entanto, constantemente se observam reportagens midiáticas e também estudos sobre os frustrados resultados econômicos, sociais e ambientais que reservas extrativistas e assentamentos na Região Amazônica têm apresentado, contrariando as expectativas dos idealizadores dos projetos de sustentabilidade. De acordo com uma lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia, divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA (2008), o INCRA liderava a lista, seguido de empresas particulares. Desde então, tem-se buscado investigar os motivos e alternativas que minimizassem os efeitos negativos causados pelos projetos de assentamentos, sobretudo na Amazônia.

As técnicas primitivas utilizadas pela maioria dos seringueiros são apontadas como um dos supostos motivos da ausência de suporte financeiro às famílias, obrigando-as a optar por atividades econômicas que

sejam mais rentáveis, mas que acarretam efeitos perversos ao meio ambiente.

Cabe dizer ainda que o uso da pecuária como atividade econômica tem crescido como meio de vida adicional para os moradores de assentamentos e reservas extrativistas, uma vez que as atividades extrativistas não conseguem custear a sobrevivência das famílias, o que não implica necessariamente o abandono das atividades tradicionais pelos moradores. Visando contornar os efeitos nocivos tanto para a sociedade quanto ao ambiente, os novos projetos de assentamento têm valorizado a participação dos atores sociais nos processos de decisão internos, o que permite à comunidade expor as verdadeiras necessidades e, junto às instituições, procurar "soluções" para as mesmas. Leef (2007) afirma que "os saberes técnicos e as práticas tradicionais são parte indissociável dos valores culturais de diferentes formações sociais, constituem recursos produtivos para a conservação da natureza e capacidades próprias para a autogestão dos recursos de cada comunidade". Assim, as populações que obtêm suas rendas a partir da exploração dos recursos florestais têm consciência dos impactos que a natureza sofre com essas atividades, e os esforços e colaborações por parte destas já têm contribuído para a diminuição dos números do desmatamento nos últimos anos. Diante do empenho das comunidades e das instituições, tem-se atingido medidas por meio de regras e acordos coletivos importantes para a diminuição do "ritmo das motosserras".

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO³

Segundo Guerra (2002), o Acre é o Estado brasileiro que mais tem se sobressaído em questões referentes à preservação da Amazônia. Além de sua vegetação ser composta por floresta tropical aberta e

²Chico Mendes foi o principal líder dos seringueiros nas décadas de 70 e 80, e tornou-se referência mundial da luta contra o desmatamento da Amazônia.

³As informações contidas neste item são baseadas no estudo realizado por Raísa Guerra, intitulado "É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no estado do Acre" (2002).

densa, possui a maior área de floresta tropical intacta. A autora ainda explica que o processo de ocupação do Estado teve início com a valorização da borracha no mercado externo no século XIX, quando o governo brasileiro incentivou o processo de ocupação de territórios que até então eram ocupados, na sua maior parte, por indígenas. À mercê dos altos e baixos do ciclo da borracha, os primeiros ocupantes que chegaram ao território eram de origem nordestina, especificamente cearenses que "fugiam" da seca que castigava a região. Na década de 1960, com o governo militar, foram implantadas as políticas de desenvolvimento de incentivo à ocupação e integração da Amazônia, a partir das quais o Acre passou por uma nova fase de ocupação, em que os migrantes vinham não apenas do Nordeste, mas também do Sul e Centro-oeste brasileiros. Naquela década também foram criadas instituições governamentais como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia⁴ – SUDAM e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o intuito de planejar e gerenciar ações federais. A partir de então, deu-se o início ao incentivo às atividades agropastoris pelo governo, como uma tentativa de substituição ao extrativismo. Devido a esse incentivo, foram suspensos os financiamentos destinados aos seringais, o que forçou os seringalistas a venderem suas propriedades por preços inferiores ao seu valor real, como forma de arcarem com dívidas bancárias. O resultado desse período foi que, na década de 1970, o cenário era composto por uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, expansão da pecuária, além de conflitos entre os novos proprietários das terras e as populações instaladas nas propriedades.

Apesar dos primeiros projetos oficiais do INCRA no Acre terem sido implantados a partir da década de 1970, foi somente nos anos 1990, durante o governo

de Fernando Henrique, que a criação de assentamentos rurais começou a ganhar mais espaço naquele Estado. Segundo dados do próprio INCRA (2008), o Estado possui cerca de 130 projetos de assentamentos que beneficiam, aproximadamente, 27.915 famílias. É nessa conjuntura que se iniciaram as discussões a respeito do crescente desmatamento na Amazônia, em decorrência do aumento no número de projetos implantados. O principal argumento era que, com as políticas de incentivo à ocupação desses territórios, na década de 1960, e a criação dos assentamentos, houve um aumento das atividades agropastoris, principalmente a pecuária.

Neste momento de crescente preocupação com o futuro da Amazônia, mesmo que permaneça no âmbito da retórica e, devido às críticas da mídia e de ambientalistas ao desempenho dos assentamentos rurais e à política de desenvolvimento que resultou em comprometedores feitos econômicos, sociais e ambientais, é que se tem buscado um modelo diferente de organização dos assentamentos. É importante destacar que cada modelo de assentamento (Projeto Assentamento, Projeto Agroextrativista) é implantado a partir das características ambientais da área, fato que justifica não se utilizar apenas um modelo. Os ecólogos humanos alertam, no entanto, que tais políticas precisam ser modificadas para acomodar diferenças locais, uma vez que nenhum padrão global é aplicável a todos os comuns do mundo. É somente no campo, diariamente registrando práticas culturais e ciclos ecológicos, que se pode entender a real complexidade de terras historicamente desenvolvidas e socialmente esculpidas e de sistemas de posse de recursos (GOLDMAN, 2001, p.50).

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PDS NOVA BONAL

No que se refere ao Projeto de Desenvolvimento

⁴SUDAM é uma autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo de Castelo Branco, em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da Região Amazônica. Veio a substituir uma outra autarquia denominada Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, criada por Getúlio Vargas em 1953, cujo objetivo também era o desenvolvimento da Região Amazônica.

Sustentável – PDS Nova Bonal, localizado no município de Senador Guimard, seu processo de constituição, de acordo com dados do documento Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA do PDS Nova Bonal (2008), o assentamento teve origem ainda nos anos 1970, quando empresários do Grupo Bonal adquiriram a área para exploração das seringas. As primeiras famílias de trabalhadores chegaram às terras em 1972 para trabalhar na propriedade onde se iniciou o plantio dos seringais para extração do látex. Com a mudança de foco econômico nos anos 1980, teve início o plantio de pupunha para comercialização de palmito; com isso, vários seringueiros foram demitidos, devido ao fato do manejo da nova cultura demandar menos mão de obra.

Apesar de demitidos, a maioria continuou informalmente na área, praticando o extrativismo. Ainda de acordo com o documento anteriormente citado, em 1990 os funcionários que haviam sido demitidos no final dos anos 1970, e que continuavam a sobreviver da exploração do látex, organizaram-se em uma associação a fim de reivindicar antigos direitos trabalhistas. A ação tomou proporções que permitiram que areão imóvel fosse reivindicado para fins de reforma agrária e, em 2005 o INCRA, em negociação com os proprietários, adquiriu a área para constituição de um PDS destinado às famílias que ali já viviam e outras de trabalhadores sem-terra. Ainda de acordo com banco de dados do INCRA (2008), o projeto possui uma área estimada em 10.447.800 há, dos quais se estima que apenas 176 ha foram desmatados.

Sendo assim, no que se refere ao processo de mobilização e organização do PDS Nova Bonal, prioritariamente visou a uma produção agroextrativista e agropecuária que garantisse a vida digna das famílias, ao mesmo tempo em que se pretendia levar em consideração a manutenção de características ambientais. Esse fato demonstra a preocupação das famílias assentadas com o meio ambiente, uma vez que as mesmas já conheciam diversos exemplos, inclusive em assentamentos rurais próximos, de situações em que a não preocupação com os recursos naturais trouxe consequências negativas sobre a qualidade da água,

solo e disponibilidade de recursos extrativistas.

A organização social do PDS Nova Bonal se fez em três agrovilas – Bom Destino, Morada Nova e Retiro –, mantendo a estrutura de organização territorial existente antes da criação do assentamento. Toda a infraestrutura existente no imóvel antes da criação do assentamento é atualmente utilizada de forma coletiva e comunitária, como, por exemplo, a casa-sede que atualmente é o escritório da cooperativa dos assentados.

A participação das 150 famílias beneficiadas durante o processo se fez evidente, as fases de definição e divisão das áreas produtivas do assentamento foram realizadas no decorrer de reuniões entre as famílias assentadas e a equipe do INCRA. O objetivo era identificar os principais pontos de delimitação e localização das agrovilas, bem como outros aspectos importantes na implementação do projeto, como tamanho das áreas de produção florestal – APF's, áreas de preservação permanente – APP's, e distribuição dos ramais.

No que tange à dimensão produtiva do PDS Nova Bonal, a participação das famílias também foi importante na elaboração do programa produtivo do assentamento. Foram discutidas em assembleias questões ligadas ao estímulo à produtividade dos produtos já existentes e à adoção de outras atividades de diversificação dentro da cadeia produtiva do assentamento. Todas essas discussões em espaços coletivos visavam à sustentabilidade econômica ao longo do tempo, à elevação dos índices sociais e à manutenção da qualidade ambiental do PDS Nova Bonal. As principais culturas indicadas pelas famílias foram seringa e pupunha, atividades já exploradas na área. Fato que evidencia o conhecimento que parte das famílias dispunha referente ao manejo dessas culturas.

De acordo com o INCRA (2008), a antiga Fazenda Bonal possuía um complexo industrial para beneficiamento do palmito e da pupunha. Com a aquisição do imóvel, toda a infraestrutura foi repassada para os assentados que criaram a Cooperativa Agroextrativista Bom Destino LTDA – CAEB, que é responsável pela unidade de processamento e pela

comercialização da produção palmito com a marca "Nova Bonal". Essa cooperativa possui um papel importante na organização social das famílias assentadas, não só pelo fato de fortalecer a organização associativista, mas também por realizar um amplo

trabalho entre os jovens residentes no PDS Nova Bonal, à medida que estimula a formação de lideranças, com intuito de conduzir o empreendimento no futuro. O quadro abaixo reúne as principais atividades existentes no assentamento.

Atividade	PDS Nova Bonal
Atividades agrícolas	Arroz, feijão, milho, mandioca
Extrativismo	Borracha, castanha, Açaí, pupunha, palmito
Produção animal	Área destinada à criação de bovinos, suínos, aves, eqüinos
Principal entrave	Necessidade de fortalecimento e consolidação dos serviços de assistência técnica

Quadro 1 – Principais atividades praticadas pelas famílias do PDS Nova Bonal.

Fonte: INCRA (2008).

Ao observar as informações do quadro acima, nota-se que as culturas de subsistência mais trabalhadas pelas famílias beneficiadas são milho, arroz, feijão e mandioca. Além dessas culturas, os assentados também fazem recorrem à horticultura e a pomares, sendo as culturas mais comuns, nesses casos, mangas, melancia, abacaxi, abóbora e quiabo. No incremento ao extrativismo, identifica-se a borracha nativa, castanha do Brasil e outras essências vegetais.

A pecuária também aparece entre as atividade produtivas praticadas pelas famílias no PDS Nova Bonal: os assentados trabalham com a criação de gado de leite e corte, apesar de a produção de leite ainda ser insuficiente para atender à demanda das famílias. A maioria das famílias realiza criação de pequenos animais, como cabras, suínos e aves, geralmente destinados ao autoconsumo e, eventualmente, à venda dos excedentes.

Fazendo uma pequena alusão aos fundamentos que instituem a criação dos PDS's, de que, por meio da consciência da importância da preservação do ambiente, se devem buscar o bom uso e o manejo dos recursos naturais ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas, destaca-se na constituição do PDS Nova Bonal, o interesse e a participação das famílias nos

processos de decisão envolvendo a implementação do projeto. Essas circunstâncias favorecem tanto o desenvolvimento das atividades ligadas ao extrativismo, o bem-estar e a qualidade de vida das famílias quanto as questões que atendem à preservação do ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o caso apresentado, o PDS Nova Bonal, pode-se dizer que essa modalidade de projeto de reforma agrária é uma alternativa com diretrizes que se apoiam no tripé que considera aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Sendo assim, nota-se uma preocupação do Estado com as questões ambientais, ao criar novas modalidades de projetos de reforma agrária que buscam contornar os impactos negativos provocados por outros tipos de modalidades de projetos de reforma agrária. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS é uma modalidade que tem evitado que a pecuária se torne atividade predominante, uma vez que tenta articular outros tipos de atividades ao extrativismo de forma a garantir sustentabilidade das pessoas e do ambiente.

Além disso, entende-se a que criação dessa modalidade de projeto de assentamento aponta para uma convergência de fatores que, em conjunto,

qualificam o PDS como de grande potencial. No caso do PDS Nova Bonal, destacam-se fatores como a existência da cooperativa e sua forma de organização participativa em torno das necessidades de ações coletivas e comunitárias, o que atribui ao projeto maior consistência, tanto social quanto política e econômica.

Outro fator que contribui para que o PDS Nova Bonal seja considerado referência na implementação dessa modalidade de assentamento é a trajetória das famílias, que, por terem vivenciado conjuntamente todas as fases do processo de luta pela área em que se constitui o projeto, fizeram com que a coesão social e o sentimento de pertencimento se aflowssem.

A localização do projeto nas proximidades da sede do município e também da capital estadual, Rio Branco, favorece o acesso fácil a mercados, ampliando assim a possibilidade de o assentamento se inserir na dinâmica econômica municipal e regional e, conseqüentemente, amplia também a capacidade de as famílias obterem maior renda.

Vale ressaltar que a realidade apresentada não pode ser tomada como unanimidade: muitos projetos de cunho sustentável por diversos fatores acabam por reproduzir o padrão dos ditos assentamentos tradicionais. O que se observa geralmente é que se apresentam os descompassos normativos, conceituais e práticos em torno desses projetos. Assim, as ações no plano normativo, ou seja, das leis, e neste caso na especificação do tipo de assentamento, sobretudo na Amazônia brasileira, não são antecedidas do conhecimento das práticas locais e da trajetória dos atores sociais em questão. Estão muito mais em sintonia com o atual discurso, parte científico, parte ideológico, sobre sustentabilidade, que justamente preconiza a necessidade da conservação da floresta, mas que se torna um descompasso por não problematizar e tampouco tentar compatibilizar a realidade dos atores rurais dessa região, na qual se observam práticas postuladas como não sustentáveis como a caça, com a realidade que se pretende lograr. Isso porque tal qual nas políticas de caráter *top down*, ou seja, de cima para baixo, características do período militar no Brasil, atualmente se incorpora o

termo sustentabilidade como a noção mais justa do desenvolvimento, não apresentando um conhecimento prévio das trajetórias sociais e o que as motiva.

Ademais, no atual debate envolvendo sustentabilidade, estão pouco claros os aspectos formais que possibilitam às comunidades obter renda pela utilização e/ou preservação da biodiversidade, sobretudo no Brasil, que, contrariamente às políticas de desenvolvimento rural como da União Europeia, não pensa em formas de remunerar o fator sustentabilidade dos atores rurais por representar uma externalidade positiva para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMAZONIA. Disponível: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia>>. Acesso em 08 jul 2010.
- ANDERSON, A. B.; LORIS, E. M.. A lógica do extrativismo: Manejo de Recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário Amazônico. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2001. p.165-183.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2.^a ed. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 1998. p.33-55.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível: <www.mma.gov.br/sitio/index>. acesso em 08 jul, 2010.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em 9jul, 2010.

BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. **Novo Código Civil**. Disponível: <<http://www.soleis.adv.br/>>. Acesso em 4 de jul. 2010.

BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. **Estatuto da Terra**. Disponível: <http://www.soleis.adv.br>. Acesso em 4 de jul. 2010.

DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2001. 294p.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Agrário em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FREITAG, B. **Itinerário de Antígona**: a questão da moralidade. São Paulo: Papirus, 2002

FEENY, D. *et al.* Espaços e Recursos Naturais de uso comum. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2001, p.18-43.

GOLDMAN, M. Inventando os comuns: Teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2001, p.44-78.

GUERRA, R. M. N. **É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no estado do Acre**. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. Ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, 494 p.

LOPES, S. R. **Projeto Agroflorestal Nova Bonal**: Um jeito de viver e produzir na Amazônia. In: Categoria: economia e tecnologia. Disponível em: <www.amazonia.desenvolvimento.gov.br/public/arquivo/arq1229451760.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Maiores Desmatadores do País são Assentamentos do INCRA**. Publicado em set/2008, sessão: Planeta. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/vida>. Acesso em 4 jul. 2010.

PADUA, S. **Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação?** Disponível em: <http://www.oeco.com.br/index.php/suzana-padua/49-suzana-padua/18246-oeco_15564> Acesso em 17 de jul. 2010.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Bonal, INCRA, organizadores José Ambrósio Ferreira Neto e João Luiz Lani. (2004).

PELICIONI, A. F. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI JR, A., ROMERO, M. A.; BRUNA, G.C. (Eds.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri: Editora Manole. 2004. p.431-458.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Bonal, INCRA, organizadores José Ambrósio Ferreira Neto e João Luiz Lani. (2008).

REVISTA ÉPOCA. **Como salvar a floresta (e manter gente nela)**. Publicado em dez/2009, sessão: Brasil, p.2.

REVISTA VEJA. **Uma Miragem Amazônica.**

Publicado em set/2009, sessão: A vida na floresta. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em 27 jul. 2010.

REVISTA VEJA. Edição Especial: Agronegócio e Exportação. "**O Brasil Não Precisa de Reforma Agrária**". Out/2004, sessão: Entrevista. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em 27 jul. 2010.

RODRIGUES, O.; DENTINHO, T. Periferias e Espaços Rurais. **Anais** do II congresso de Estudos Rurais, 2007.

SEN, A., **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, (2000).

SIQUEIRA, J.C.A. Reforma Agrária: Promessa Constitucional (O conflito e a Função Social da Propriedade). **Revista de Direito Agrário.**

Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Ano 1, nº 1, Brasília, 1973.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, 2010, vol. 30, n.3, pp. 511-531.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SVIRSKY, H. E.; CAPOBIANCO, J. P. R. O Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro. In: **Ambientalismo no Brasil: Emergência e Evolução.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 1997, p 07-50.

VACHON, Bernard y Coallier Francine (2002). **El desarrollo local: teoría y práctica.** Reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo.

RECEBIDO EM 30/1/2013

ACEITO EM 1/7/2013

